

Ao longo do ano, textos desta seção propiciaram reflexões acerca da democracia e de diferentes formas de participação democrática. Aqui ganham destaque, na mesma perspectiva, os Conselhos Escolares. Assim como a própria edição, o texto vem em duas partes. Esta termina com uma pergunta. Exercitar respondê-la, individualmente ou em parceria, é um boa forma de esperar pela “parte 2”.

### Conselhos Escolares: estratégia de gestão democrática da educação pública<sup>1</sup> (Parte 1)

*“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também; tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”*

Paulo Freire

Em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), tem como função social formar o/a cidadão/ã, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo/a. Esse/a cidadão/a sabe não apenas escolher bem seus governantes, mas assume sua condição de sujeito, exercendo seu papel dirigente na definição do seu destino, dos destinos de sua educação e da sua sociedade. Nessa perspectiva, cidadão/a, como dizia Paulo Freire, é o ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente.

A escola pública poderá, dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria.

A contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade e para o exercício da democracia participativa fundamenta e exige a **gestão democrática** na escola. Nesse sentido, a forma de escolha dos dirigentes, a organização dos **Conselhos Escolares** e de toda a comunidade escolar para participar e fazer valer os seus direitos e deveres, democraticamente discutidos e definidos, é um exercício de *democracia participativa*. Assim a escola pública contribuirá efetivamente para afirmar os interesses coletivos e construir um Brasil como um país de todos/as, com igualdade, humanidade e justiça social.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade, para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos.

Há toda uma legislação educacional, definida pelos espaços parlamentares competentes, influenciados pelos movimentos sociais organizados, que pode ser acionada para favorecer a gestão democrática da escola básica e a existência de Conselhos Escolares atuantes e participativos. Da Constituição de 1988; da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - consta explicitamente, a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Trata-se de todos nós enfrentarmos as dificuldades para colocar em prática uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

A escola e a comunidade são realidades complexas, cada um dentro da sua especificidade. Nesse sentido, o processo de construção do projeto político-pedagógico não é algo que se realiza com facilidade e rapidez. Cabe exatamente aos Conselhos serem incentivadores da criação desse ambiente para assegurar as condições objetivamente necessárias para a elaboração coletiva desse projeto educativo. Para isso é importante considerar: a experiência acumulada pelos profissionais da educação de cada escola, a cultura da comunidade e os currículos locais, a troca de experiências educacionais, uma bibliografia especializada, as normas e diretrizes do seu sistema de ensino e as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais.

É com a compreensão da natureza essencialmente político-educativa dos Conselhos Escolares que estes devem deliberar, também, sobre a gestão administrativo-financeira das unidades escolares, visando construir, efetivamente, uma educação de qualidade social. Para o exercício dessas atividades, os Conselhos têm as seguintes funções:

- Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas.
- Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- Fiscais** (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades.

**Mas como criar, (re)ativar ou consolidar os Conselhos Escolares?**

<sup>1</sup>Fragmentos (adaptados) do **Caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Dados bibliográficos: Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania / elaboração Iñez Pinto Navarro... [ET. AL.] - Brasília: MEC, SEB, 2004.

## D A T A S

## SIGNIFICATIVAS

## NOVEMBRO

- 16**  
**Dia Internacional da Tolerância (UNESCO)**
- 20**  
**Dia Nacional da Consciência Negra.**
- 20**  
**Dia da Proclamação dos Direitos da Criança (ONU)**
- 22**  
**Dia da Liberdade**
- 25**  
**Dia internacional de combate à violência contra a mulher**

## DEZEMBRO

- 02**  
**Dia Internacional para a Abolição da Escravatura**
- 08**  
**Dia da Justiça**
- 10**  
**Dia dos Direitos Humanos**
- 31**  
**Dia da Esperança**

# DDHH

## Direitos Humanos na sala de aula

## A P R E S E N T A Ç Ã O

Bem-vindos Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu. Bem-vindos ao Movimento de Educadores/as em Direitos Humanos.

Essa é a acolhida pública da equipe do DDHH na Sala de Aula aos/às colegas dos núcleos “Caçulas”, partilhada pelos núcleos “veteranos”. O MEDH cresce e com ele nossa esperança.

Bem-vindos igualmente ao nosso (nosso, mesmo!) boletim. São parceiros/as desses novos núcleos que escrevem as páginas centrais. Cresce o número de educadores/as comprometidos/as com a educação em direitos humanos... Cresce junto nossa esperança.

A última edição de 2010 traz uma novidade: veste-se de plural. Essa primeira parte é dedicada à “gente nova” e, particularmente, às atividades que ultrapassam a sala de aula, movimentando-se para além dela - confirmam nas próximas páginas. O texto para refletir, sobre os Conselhos Escolares - instância de participação democrática - reafirma nosso lema e mantém a forma plural: Vem em duas partes. A segunda estará no número 111/2, que publicará também a “gente de sempre”, que faz tempo vem tratando suas turmas como campo fértil para semear boas sementes para um mundo melhor (akatu, lembram?). Esperança! Esperança em cada parágrafo? Bem mais que isso. Esperança na vida, no cotidiano de nosso trabalho, justamente porque seu verbo, sabemos, é esperar... Tanto melhor porque coletivamente.

Então, essa edição se veste também da celebração do dia do último do ano, para torná-lo jeito de todos os dias do novo que já bate à nossa porta, e com toque feminino. Afinal, teremos a primeira mulher na Presidência da República. Marca histórica!

Bem a propósito, outra mulher para nosso começo de despedida:

“A esperança é como o girassol que à toa se vira em direção ao sol...” (Clarice Lispector)

A equipe

**A democracia não é um lugar onde se chega. Não é algo que se possa alcançar e depois se acomodar pois é caminho e não chegada. É processo e não resultado. Desta forma a democracia existe em permanente tensão com forças que desejam manter interesses, os mais diversos, manter ou chegar ao poder para conquistar interesses de grupos específicos, sendo que muitas vezes estas forças se desequilibram, principalmente com a acomodação da participação popular dialógica, essência da democracia que defendemos.**  
**José Luiz Magalhães**

NOVAMERICA

2010  
**Educar em Direitos Humanos: democracia em ação**

NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

ISSN 1519-9827 NOVAMERICA  
Rua Dezenove de Fevereiro, 160  
Botafogo - CEP : 22280 - 030  
Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL  
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033  
E-mail: escola@novamerica.org.br  
http://www.novamerica.org.br

Editora ..... Susana Sacavino  
Texto Final ..... Iliana Aida Paulo  
Supervisão Editorial ..... Adelia Maria Koff  
Composição Gráfica ..... Companhia Visual Manteca  
Equipe Responsável ..... Vera Maria Candau  
Sílvia Maria F. Pedreira  
Kelly Russo  
Marilena Varejão Guersola

Castilla-La Mancha

intercambio y solidaridad

A P O I O